

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. CONCEPÇÃO/EXEC. PLANO PORM. BACELOS - 2.ª FASE

. Guarda de Protecção e Iluminação Ascendente

Ponto 4. **APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES
PATRIMONIAIS//2005**

Ponto 5. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS//2005**

Ponto 6. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião prestando um conjunto de informações:

* CULTURA

- No dia 22 de Abril, a Câmara Municipal fez-se representar, pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, no 27.º Aniversário da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Casal Redinho, tendo assistido a uma peça de Teatro da Secção de Teatro da mesma.

- No dia 23 de Abril, a Câmara Municipal fez-se representar, pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, a convite do Grupo de Teatro da Gesteira, na apresentação de uma peça de Teatro do mesmo, com o nome “Casa de Pais.”

* DESPORTO

- No dia 22 de Abril, estive presente num jantar de encerramento da época desportiva 2005/2006, na Vinha da Rainha, testemunhando a vontade evidente da instituição em continuar a desenvolver positivamente a sua actividade.

* REDE VIÁRIA

- No dia 22 de Abril, abriu ao tráfego e foi inaugurada a Nova Ponte s/ a Linha do Norte à Entrada/Saída de Alfarelos; a inauguração foi presidida pelo Senhor Secretário Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações, Dr. Paulo Campos; usaram da palavra, também, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfarelos, António Serrano e eu próprio enquanto Presidente da Câmara. Evidentemente, lembrámos o significativo investimento realizado na construção da nova ponte, congratulámo-nos com o mesmo e aproveitámos para agradecer aos Municípios a compreensão e a paciência reveladas durante o período que estiveram sem ponte.

Interveio o Senhor Vice-Presidente Santos Mota dizendo: “a Câmara Municipal, como sabem, tem-se preocupado com a valorização dos funcionários, quer através de cursos de formação, quer através de seminários, quer através de exposições... neste âmbito, desloquei-me, com os funcionários do sector de jardinagem, à ExpoBatalha, a uma iniciativa temática sobre jardins e tudo o que está inerente. Este tipo de iniciativa, para além da valorização dos funcionários, é uma fórmula de estímulo e motivação e de aproximação/convívio entre os funcionários.”

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “congratulo-me com a inauguração da Nova Ponte s/ a Linha do Norte à Entrada/Saída de Alfarelos; obra muito esperada por nós acima de tudo pelos seus residentes.

Gostava também de me congratular e saudar o executivo, em particular quem acompanhou de perto toda a preparação do 25 de Abril, a que tivemos a honra de poder participar e estarmos presentes.

Cumprimentar a Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno pela excelente qualidade que, mais uma vez, as Comemorações do 25 de Abril assumiram no nosso Concelho. Não encaro as Comemorações do 25 de Abril como um ritual; elas conseguem ser, de ano para ano, criativas e quando se julga que não é possível fazer muito melhor... este ano tiveram uma qualidade superior às anteriores, com grupos do Concelho de Soure.

Tenho três questões a colocar... Uma é sobre a Etar de Figueiró do Campo. Em reunião com alguns residentes de Figueiró, alertaram-me para o facto de que o “Rio de Mouros” ou “Rio de Ega” já não está poluído na zona que diz respeito a Figueiró, mas junto às populações de Belide e Casével, a situação mantém-se, o que leva a pensar que existem ligações directas nestas duas povoações ao rio.

A Segunda questão é sobre a Granja do Ulmeiro. Mantêm-se a necessidade do estacionamento para dar solução quem apanha o comboio junto à estação da REFER e a do estacionamento por trás do edifício que chamam “dormitório”, portanto, sabermos se existe qualquer negociação/solução sobre este aspecto. Terceira questão, Vinha da Rainha a colocação de lombas, em Soure, tem sido uma forma eficaz de reduzir a velocidade dos veículos. Gostava de saber quando está prevista a colocação destas lombas, no lugar de Saca-Bolos e na própria Sede de Freguesia.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “relativamente à intervenção do Senhor Vice-Presidente Santos Mota congratulo-me com essa iniciativa.

Relativamente às questões levantadas pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizer-lhe que, sobre o 25 de Abril, subscrevo a sua opinião sobre o Programa Comemorativo do XXXII Aniversário; o mesmo quanto à qualidade final da obra da Nova Ponte sobre Alfarelos. Relativamente às restantes questões referir que aquilo que disse sobre o Rio Ega em Belide e Casével, de que apresenta sinais indiciadores de alguma poluição, porventura, decorrente de ligações “pirata”, deveremos mandar avaliar, mas teremos que entrar em contacto com a Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova porque, como sabe, embora tenhamos duas casas

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

em Casével que pertencem à Freguesia de Figueiró, a maioria pertence ao Concelho de Condeixa-a-Nova...

Granja do Ulmeiro... de facto, no passado relativamente recente chegámos a ter um pré-acordo informal com a Zona Operacional de Conservação do Centro; portanto, afigura-se-nos que poderemos vir a acordar, formalmente, uma intervenção, cuja definição sobre a partilha do custeio importará fazer mas em que, acima de tudo, importará que seja um investimento que dê resposta a uma multiplicidade de necessidades, uma vez que aquele espaço é propriedade privada; os próprios ferroviários que se deslocam para apanhar o comboio, têm que garantir alguns lugares mas, ao mesmo tempo, haverá que servir a população em geral, porque de outra forma estaríamos perante um investimento para-público numa área que, para todos os efeitos, é de domínio privado.

Quanto às bandas sonoras, redutores de velocidade... é um facto que a aplicação das mesmas tem gerado alguma animosidade, designadamente, de alguns automobilistas, mas a verdade é que, em zonas residenciais onde as beneficiações recentes de via potenciam a prática de velocidades inadequadas, isso determina que se recorra a este tipo de dispositivos que têm revelado eficácia em termos de redução de velocidade, portanto, melhoria da segurança. Depois de uma intervenção na zona de Casal da Venda, na estrada Casalinhos/Sobral, estão para já previstas intervenções no Cercal, Freguesia da Gesteira e na Freguesia da Vinha da Rainha.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “congratulamó-nos com a inauguração da ponte de Alfarelos e a esse propósito queria recordar o Senhor Presidente sobre o estado em que se encontra a ponte de Vila Nova de Anços. Em altura oportuna, levantámos esta questão e o Senhor Presidente disse que ia ser feita uma intervenção no sentido de minimizar os riscos que decorrem do mau estado das guardas da ponte; continua a verificar-se esse mau estado e o risco que daí advém, não obstante de se ter colocado um sinal de indicação da existência daquele pontão, de toda a forma, acho que é uma situação que merece uma urgente intervenção.

Outra questão que eu queria levantar sobre a aproximação da época dos fogos florestais. Já passou a época das chuvas e era importante que, se pudessem limpar as bermas das estradas, sobretudo nas zonas mais húmidas e mais abrigadas das nossas estradas, onde se verifica o acumular de detritos nas bermas que potenciam o crescimento de espécies herbáceas que fazem com que ali se crie uma barreira que no Inverno faz com que as estradas sejam potenciais ribeiros e no Verão podem ser rastilhos para fogos florestais, no sentido de prevenir os mesmos.

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Relativamente à Rede Viária, às obras que estão a acontecer entre Granja do Ulmeiro e Formoselha que, não tendo directamente a ver com o Município de Soure mas sim com Montemor-o-Velho, as mesmas estão a causar transtornos acrescidos a toda a população das Freguesias de Alfarelos, Figueiró do Campo, Granja do Ulmeiro e Vila Nova de Anços, que são obrigadas a fazer um desvio muito grande, que não está muito bem sinalizado. Gostaria de saber se foi feito algum contacto com a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho no sentido de se poder prevenir mais danos para as povoações que utilizam aquela via como entrada/saída do Concelho pois, como sabem, é uma estrada muito importante.

Em Maio vai entrar em vigor a Lei n.º 13/2006, que regulamenta o transporte colectivo de crianças. Tendo a Câmara Municipal alguns protocolos com instituições no sentido de fazer o transporte de crianças e também sendo ela transportadora das mesmas, que medidas é que está a pensar tomar no sentido de poder cumprir ou dar cumprimento à lei que foi publicada em 17 de Abril?

Segunda-feira é o dia 1.º de Maio e, evidentemente, solidarizamos-nos com todos os trabalhadores e estaremos ao lado deles em todas as alturas e não só nesse dia. Assim, dizer que nos congratulamos com esta data.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “relativamente à ponte de Vila Nova de Anços, é preciso distinguir duas questões: a questão “coreográfica” do corrimão, mesmo que alguns insistam na sua insegurança, e a questão da insegurança estrutural que existia que teve, numa primeira fase, trânsito condicionado e que depois foi objecto de uma intervenção pela Câmara e pela Junta com acompanhamento técnico, não obstante tratar-se de uma ponte que está sob domínio da tutela do Instituto da Água. No que diz respeito ao corrimão, o que está acordado com a Junta de Freguesia e com os serviços é a correcção do corrimão existente e uma nova iluminação nessa zona, até porque aí também se praticam algumas velocidades e para quem não conhece bem o local, esse vai ficar bem iluminado. De maneira que é uma intervenção que acontecerá a curto prazo e onde a principal preocupação, que era de natureza estrutural, foi atempadamente resolvida.

Fogos florestais... nós iremos apresentar, tanto quanto possível em Maio, uma informação sobre o estado em que se encontram todos os Pontos de Água do Concelho, Bocas de Incêndio... também sobre medidas que estão a ser tomadas de forma articulada entre Bombeiros Voluntários, Juntas de Freguesia, Serviços da Câmara em termos de limpeza prévia de matas. Penso que com os equipamentos da

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Câmara e de algumas Juntas de Freguesia que têm investido nesse domínio, apesar de tudo, está já a ser desenvolvido um esforço orientado de prevenção.

Rede Viária, como sabe estas obras que estão a ser feitas no Concelho de Montemor-o-Velho, numa zona limítrofe ao Concelho de Soure, vêm na sequência de obras de beneficiação já feitas no nosso Concelho, na estrada que vem de Arnes, atravessa Alfarelos e a própria Granja do Ulmeiro; agora terá chegado a vez desta intervenção ocorrer no Concelho de Montemor-o-Velho.

Este tipo de obras não são passíveis de se desenvolverem sem incómodos e sem provocar desvios. Daquilo que disse, a única coisa que mandarei avaliar, e que procurei entrar em contacto com o Presidente da Câmara de Montemor-o-Velho, terá a ver com a eventual necessidade de uma melhoria de sinalização porque, de resto, em termos de intervenção em obra, há obras que têm períodos relativamente aos quais é absolutamente impossível que não sejam obrigatórios alguns desvios enquanto a mesma decorre.

Questão do novo dispositivo legal que entra em vigor a muito curto prazo, relativamente à questão dos transportes colectivos de crianças... a Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, certamente, estará a tomar as medidas necessárias para que a lei e a melhoria das condições de segurança que se pretende que daí decorram venham a ser implementadas.

Sobre o comentário do 1.º de Maio... nós procuramos estar, não apenas no 1.º de Maio mas todos os dias, solidários com as questões sociais assentes numa grande razoabilidade que são colocadas pelos trabalhadores.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “referir que relativamente à lei dos transportes escolares, estamos a analisar toda essa legislação; ainda antes dela ser publicada muitas das orientações que estão na própria lei já eram seguidas pela Câmara Municipal e, como sabem, há o período de um ano para as Câmaras Municipais poderem actualizar/ajustar os transportes à nova lei. Não são muitas as alterações que teremos que proceder mas estamos a avaliar com todo cuidado para que possamos cumprir o mais rapidamente possível, integralmente, a lei agora publicada.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Ponto 3. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONCEPÇÃO/EXEC. PLANO PORM. BACELOS - 2.ª FASE
- . **Guarda de Protecção e Iluminação Ascendente**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONCEPÇÃO/EXEC. PLANO PORM. BACELOS - 2.ª FASE
- ALTERAÇÃO AO PROJECTO

O Projecto de Execução da obra supra citada, previa a instalação de pilaretes limitadores com iluminação superior, colocados ao longo da margem do rio em intervalos de 6 metros. Em alternativa foi estudada uma nova solução que possibilite o reforço das condições de segurança, e minimize as possibilidades de vandalismo dos elementos de iluminação.

A solução proposta, cujos desenhos se anexam, prevê a instalação de uma guarda com 90 cm de altura constituída em tubos metálicos de secção circular, a fim de evitar a existência de arestas vivas que possam aumentar o risco de lesão, nomeadamente em utentes menores.

Quanto à iluminação, optou-se por apliques térreos com iluminação ascendente, que garantem elevada resistência ao choque, e ficam embutidos no pavimento não constituindo assim qualquer limite físico.

Os trabalhos agora propostos, a executar por administração directa, têm os seguintes custos de aquisição:

- Guarda Metálica - 30 elementos de 6 m, com custo unitário de 155,00 € - 4.650,00 €
- Iluminação - 19 projectores com caixa e grelha, com custo unitário de 97,05 € - 1.843,95 €
- Total - 6.493,95 €

À Consideração Superior,
Rui Fernandes - Arq.º
Vítor Miranda - Eng.º
03.04.2006

O Senhor Presidente referiu: “sobre isto dizer-vos o seguinte: “entendemos que a solução constante do projecto para a delimitação do espaço entre a zona requalificada e o rio Anços - colocação de pequenos pilaretes com um sinal luminoso - poderia, esteticamente, estar conseguida, mas não resolveria, de forma adequada e satisfatória o problema da segurança; assim, foi solicitado aos técnicos que avaliassem uma solução alternativa, tendo os mesmos sugerido a realização de um pequeno investimento, assente no facto de toda essa zona levar um corrimão e, ao mesmo tempo, que haja iluminação debaixo para cima embutida no próprio chão. Esta solução, pensamos que atinge melhor os objectivos, em termos de

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

segurança, em termos de demarcação e deixa de ter a fragilidade que a existente revelou, no que toca a “pequenos” actos de vandalismo.

Portanto, aquilo que eu proponho é que se ratifique o despacho, autorizando os serviços a procederem às aquisições de elementos daí decorrentes, naturalmente nos termos da lei.”

Interveio o Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos dizendo: “só uma pequena dúvida... no projecto inicial previa a colocação de pilaretes limitadores, mas pelo que percebo, não vão ser instalados... isso vai gerar trabalhos a menos na obra que estava prevista?”

O Senhor Presidente referiu: “a pergunta do Senhor Vereador é pertinente... acontece que os pilaretes com uma espécie de reflector luminoso foram colocados, mas foram vandalizados; quando pensámos em ter que proceder à sua substituição, a situação foi tecnicamente avaliada. De maneira que a questão não se trata de trabalhos a menos, trata-se, perante uma situação que já tinha ocorrido - colocação de pilaretes -, em vez de promovermos a substituição dos mesmos, reformularmos este tipo de demarcação com uma solução diferente da existente.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “como é do conhecimento público, a solução que nós apontávamos para aquele espaço era substancialmente diferente, mas tendo em consideração que o que está aqui em causa é a segurança dos cidadãos, evidentemente que a nossa posição é de aprovar esta proposta.”

O Senhor Presidente referiu: “portanto, aquilo que eu proponho é a sua ratificação.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente. -----

Ponto 4. APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS//2005

O Senhor Presidente referiu: “como sabem, um inventário é uma descrição dos bens, direitos e obrigações de uma qualquer Instituição. A legislação aplicável determina que nós devamos sempre apreciar e votar um inventário, designadamente, dos bens móveis e imóveis municipais, porque as obrigações

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

integram o Relatório de Gestão que faz parte dos Documentos de Prestação de Contas.

Quanto ao inventário importa lembrar que temos alertado, nos exercícios anteriores, que a partir de 1 de Janeiro de 2002, com a implementação do novo Plano Oficial de Contas - POCAL, passou-se a fazer uma relevação das operações também no Plano Patrimonial, relevação essa que até aí não existia com o anterior Plano Oficial de Contas, o que significa que todas as variações ocorridas no imobilizado de Janeiro de 2002 para a frente estão naturalmente relevadas patrimonialmente; no que toca ao património municipal anterior a 1 Janeiro de 2002, continua a decorrer um processo de recuperação, apesar de tudo, complexo e moroso. Nós temos assim que apreciar um inventário de bens móveis e imóveis municipais e a sua fundamentação em termos de critérios de valorimetria, que são os que decorrem da ambiência legal aplicável.

Assim, constata-se que em termos de situação evolutiva, no que diz respeito à inventariação directa de bens imóveis e infra-estruturas, não obstante as limitações atrás referidas, já atingimos os 41.430.148,75 euros.

Quanto aos bens móveis valorizados e inseridos no sistema patrimonial a partir de 2002, conforme decorre dos quadros de apoio que cruzam com o balanço, já se atingiu um valor de 2.500.000,00 de euros, ou seja, este é o inventário possível em termos de cadastro de bens móveis e imóveis municipais, que está todo sustentado, mas importa que não percamos de vista que este valor do activo imobilizado ainda não é o activo real porque ainda não está terminado o processo de inventariação patrimonial relativo a tudo que foi feito ou adquirido antes de 31.12.2001, o que significa que este valor continua a pecar por defeito.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “há uma evolução neste inventário e analisa-se pela indicação dos bens que aqui são apresentados e pelo seu valor. Aquilo que eu queria aqui deixar é que conseguisse, no ano em curso, acelerar este registo do património da Autarquia.

O Senhor Presidente poder-me-á dizer qual é a percentagem a que corresponde a inventariação destes bens patrimoniais aqui apresentados?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “no que toca ao inventário dos bens imóveis municipais feitos ou adquiridos antes de 31.12.2001, tenho dúvidas se temos um valor superior a 30% relevado porque não existia qualquer trabalho neste domínio. Portanto, este é um trabalho que mais do que de gabinete, pressupõe uma equipa no terreno...”

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “situação evolutiva do processo de inventariação directa de bens imóveis e infra-estruturas, será que a reabilitação de largos e praças são imóveis?”

Depois, no ponto 9 estão pavimentações/arruamentos, são bens imóveis ou há uma duplicação de inventariação?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “essa questão, tecnicamente, não se coloca por uma razão. No que diz respeito a largos e praças não houve nenhuma inventariação directa do seu valor, o técnico tem-se limitado a classificar/relevar, em termos de largos e praças, o valor das intervenções nele feitas, isto é, na tal avaliação por defeito não foi feita ainda uma qualquer atribuição a esse immobilizado e, para que não se diga que se pudesse pensar que aquilo era o valor da praça, está lá “reabilitação” para explicar que, para já, o valor inscrito em largos e praças é, tão só, o valor do investimento que tem vindo a ser realizado. Não há duplicação, tentou-se que ficasse claro que o valor que está aí apresentado decorre apenas dos investimentos feitos em reabilitação.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Inventário apresentada.-----

Ponto 5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS//2005

O Senhor Presidente referiu: “nos termos da legislação em vigor, falar de documentos de prestação de contas de um qualquer exercício económico, de uma qualquer Câmara Municipal, significa falarmos do Balanço, da Demonstração de Resultados, dos Mapas de Execução Orçamental, do Relatório de Gestão e de Considerações Finais. Importa referir que quanto ao Relatório de Gestão a lei não diz bem o que é mas temos considerado que o Relatório de Gestão deva integrar uma descrição exhaustiva da actividade municipal desenvolvida durante o ano, acompanhada dos Mapas de Execução das Grandes Opções do Plano e de Anexos que evidenciem a evolução verificada nas rubricas relativamente às quais há limites legais, quer a utilização capacidade do endividamento, quer das despesas com o pessoal.

Assim sendo, a apresentação da proposta deste ano assenta numa estrutura exactamente igual à dos anos anteriores, e sobre cada um dos documentos de prestação de contas importará, do nosso ponto de vista, referir o seguinte:

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Balanço - o balanço é uma fotografia do valor do património num determinado momento, tem de um lado o activo onde estão os Bens, em caixa, bancos, imobilizado e os Direitos; no lado do passivo estão as Obrigações, isto é, as dívidas à banca e a outros credores que não a banca.

O activo, conforme decorre do inventário que aprovámos, ainda está subavaliado porque o imobilizado está ainda longe de estar todo inventariado.

De qualquer forma, neste momento, a diferença entre o activo e o passivo evoluiu para cerca de 27.000.000,00 euros, o que permite concluir que a situação líquida continua activa, isto é, o valor do património, a diferença entre o somatório dos Bens mais os Direitos e as Obrigações, evoluiu de \approx 24.000.000,00 euros para quase 27.000.000,00 euros.

Mesmo assim, considero que é importante que se refira que a nossa situação líquida, apesar de cada vez mais sólida em termos activos, sê-lo-á ainda mais à medida que for evoluindo o processo de inventariação do imobilizado.

Demonstração de Resultados - uma Câmara não tem, nem pode ter como objectivo o lucro; o que a Câmara pretende é ter uma gestão, tanto quanto possível, que revele capacidade para libertar meios para desenvolver investimento público que é naturalmente indispensável para a promoção do desenvolvimento. Este ano voltámos a ter, pelo quarto ano consecutivo, isto é, desde que implementámos o POCAL e que a revelação passou a ter esta lógica, um resultado líquido do exercício positivo, concretamente de 1.087.736,61 euros.

Importa fazer algumas observações: poder-se-á perguntar porque razão é que houve um resultado em 2004 de 2.452.347,03 euros e agora de 1.087.736,61 euros... se olharem, na própria Demonstração de Resultados, para os custos verificarão que em 2004 os serviços de auditoria interna fizeram amortizações ao imobilizado de 241.093,84 euros e em 2005 de 1.626.458,56 euros, o que significa que esta variação no resultado tem praticamente, apenas e só, que ver com a “política” de amortizações. A amortização é um custo que não corresponde a qualquer despesa; mas, cautelarmente estamos até a amortizar a 5% ao ano - a vinte anos -, terrenos e uma série de imóveis que, do nosso ponto de vista e de muitos, têm o seu valor a aumentar...

Depois, há um outro tipo de despesa pública que temos feito todos os anos, na qual temos o maior orgulho e que é uma estratégia municipal, mas que prejudica sempre o resultado. Quando falamos em descentralização, de transferências de capital para as Juntas de Freguesia, para as Associações Culturais, Desportivas, de Acção Social, de Protecção Civil... a verdade é que este investimento público indirecto, estas transferências de capital para apoio ao investimento são

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

considerados contabilisticamente como custos extraordinários do exercício e, portanto, há uma relação perversa entre a política assente na descentralização, a marca descentralizadora e o resultado. Curiosamente, no plano contabilístico, quanto maior for a descentralização maiores são os custos extraordinários do exercício e menor é o resultado. Importa não perder de vista que, não obstante estes condicionalismos, amortizações, quase 1.400.000,00 euros a mais e cerca de 1.050.000,00 euros de transferências de capital para apoio ao investimento, mesmo assim tivemos um resultado significativamente positivo.

Quadro Resumo de Execução Orçamental - este quadro evidencia claramente qual foi a receita arrecadada face à receita prevista, qual foi a despesa realizada perante a despesa prevista. Se fizermos o quociente entre o total de receita arrecada e a prevista temos um nível de execução orçamental de 75,4%... é um bom resultado em termos de execução orçamental. E é melhor ainda se nos lembrarmos que em 2005, como nos demais anos, havia uma receita prevista, a venda de bens de investimento, que é normalmente utilizada apenas para dar cobertura à dívida a credores que não a banca, isto é, havia cerca de 20,08% da receita que à partida já sabíamos que não era para fazer, que corresponde “grosso modo” à dívida a credores que não a banca; portanto, nós tivemos, em bom rigor, 75,4%, não em 100%, mas 75,4% em 79,92%.

Outra questão que importa referir, para além do Grau de Execução, é como é que evoluiu a auto-sustentação orçamental. Nós tínhamos previsto um total de receitas correntes de 7.762.000,00 euros e tínhamos um total de despesa corrente de 7.568.000,00 euros; na receita corrente acabámos por ter 8.038.000,00 euros e na despesa corrente 6.675.000,00 euros. Isto quer dizer que em 2005 tínhamos previsto uma diferença de cerca de 200.000,00 euros entre receita corrente e despesa corrente e acabámos o exercício com uma diferença de cerca de 1.365.000,00 euros. A este nível constata-se uma cada vez maior auto-sustentação orçamental, uma cada vez maior diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Quanto à marca descentralizadora, se formos às despesas de capital verifica-se que quanto a transferências de capital, foram, efectivamente, efectuadas no valor de 1.026.804,18 euros; em termos absolutos, ligeiramente mais que no ano transacto que tinham sido cerca de 960.000,00 euros; já em termos relativos estamos a dizer que $\approx 17\%$ das despesas de capital foram investimento público indirecto, ou seja, a aposta na descentralização manteve-se de forma inequívoca.

Relatório de Gestão - temos um relatório de gestão que começa pela descrição de todas as actividades que constam das informações escritas feitas ao longo do exercício, para a Assembleia Municipal. Aqui, área a área, está uma descrição

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

exaustiva de tudo aquilo que foram as acções, os investimentos desenvolvidos durante o ano de 2005 nas diferentes áreas, que são atribuições legais da Câmara Municipal.

Quanto ao grau de execução verifica-se que, se pensarmos naquilo que era o previsto em plano inicialmente - 10.391.615,00 euros -, chegámos a 9.964.628,00 euros, o que significa um grau de execução de 95,89%... mas, mais importante do que isso, importa comparar a repartição inicial prevista no plano aprovado com a repartição final efectivamente ocorrida. Se percorrermos, área a área, temos na Educação - 5,85%/5,68%; Cultura - 4,75%/4,47%; Desporto - 6,7%/6,008%; Acção Social - 1,4%/1,36%; Saúde - 2,97%/2,89%; Habitação, Urbanização e Urbanismo - 22,01%/21,25%; Saneamento e Salubridade - 15,90%/15,06%; Protecção Civil - 1,84%/1,71%; Água - 17,9%/16,5%; Turismo, Mercados e Feiras/Actividade Económica - 11%/10%; Comunicações e Transportes - 20,22%/19,59%; Defesa do Meio Ambiente - 1,26%/1,23%, isto é, caso a caso, área a área, constata-se que há diferenças irrelevantes entre a repartição inicial aprovada para o investimento público a desenvolver e a repartição final do investimento público desenvolvido. Portanto, isto quer dizer que os três principais objectivos foram atingidos: manter um razoável nível de investimento público, manter uma lógica evolutiva na sua repartição e, no fundo, continuar o caminho para um Concelho cada vez mais homogéneo e humanizado.

Como é hábito, não tenho destacado nem vou destacar nenhuma das actividades porque o nosso entendimento sobre o que é o desenvolvimento é de que a melhoria do bem estar colectivo resulta sempre de um conjunto integrado e alargado de investimentos e não apenas de um qualquer, por muito significado económico que possa ter tido.

Em termos de anexos são abordados, mais uma vez, a questão da utilização da capacidade de Endividamento e a questão das despesas com o Pessoal. Porquê a utilização da capacidade de Endividamento e as Despesas com o Pessoal? Porque são exactamente os dois indicadores para os quais a lei definiu limites legais.

Relativamente à capacidade de endividamento estaríamos a pouco mais de metade dos limites legais, concretamente 59,04%, porquê? Porque, durante o ano de 2005 pagámos de amortizações 794.777,00 euros, quase mais 100.000,00 euros de amortizações que em 2004, e pagámos de juros 210.000,00 euros, menos cerca de 15.000,00 euros do que os juros pagos no ano anterior. Importa referir que nos últimos quatro anos esta Lei não foi revogada mas tem tido a sua eficácia suspensa porque os sucessivos governos, cada vez que aprovam o Orçamento do Estado para cada ano, pura e simplesmente reduzem os limites legais para metade; isto

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

explica porque nos últimos quatro anos, apesar de estarmos a pouco mais de metade do limite legal previsto na lei, tivemos sempre vedada a possibilidade de ir ao endividamento.

Em termos de endividamento bruto, constata-se que a dívida à banca diminuiu de 8.869.824,93 euros para 7.899.204,42 euros; já a dívida a outros credores aumentou em 550.000,00 euros.

Evolução das despesas com o Pessoal - como sabem, há dois tipos de despesas com o pessoal que são avaliadas/observadas, perante os limites legais: despesas com o pessoal do quadro e pessoal noutra situação.

As despesas com o pessoal do quadro não podem ultrapassar 60% das receitas correntes do ano anterior e aquilo que se verifica se pensarmos apenas naquilo que determina a lei, este indicador passou de 31,71% em 2004, para 31,21% em 2005; já no pessoal a termo, cujo limite é de 25% dos 60% das receitas correntes do ano anterior, baixou de 10,65% para 9,71%... isto é, no que diz respeito ao pessoal do quadro estamos ligeiramente acima de metade do limite legal e no pessoal em outra situação estamos abaixo de metade do limite legal. Evidentemente que há, de acordo com o quadro que nos foi distribuído, um entendimento de uma RAP que diz que, de acordo com o POCAL, deve-se entender não o que está no Decreto-Lei n.º 341/83, que é o que está em vigor, mas deve-se também entrar em linha de conta, para estes indicadores, com as horas extraordinárias, ajudas de custo e outro tipo de remunerações que não são obrigatórias, pois podem, a qualquer momento, desaparecer. Se mesmo assim for esse o entendimento, e eu pedi que observassem também o entendimento mais gravoso, porque em anos anteriores apresentava sempre os dois, o da Lei e o do POCAL... mesmo nesse verifica-se que o pessoal do quadro estaria a 36,16%, com 36,62%, no ano anterior e o pessoal em outra situação a 11,74%, com 12,40% no ano transacto.

Portanto, em qualquer dos casos verifica-se que houve uma variação positiva nestes dois indicadores e que estamos muito longe daquilo que são os limites legais máximos.

Aplicação do Resultado do Exercício - a proposta que fazemos é a habitual, que 95% do seu valor vá para reforço do património e 5% para constituição da reserva legal.

Depois... duas páginas e meia de considerações finais habituais que constituem, no fundo, o resumo daquilo que vos procurei transmitir. Em conclusão, penso que estes resultados nos permitem estar à vontade para continuarmos a poder afirmar que com este Exercício foi dado mais um efectivo contributo para que *“Viver no Concelho de Soure continue a ser, de facto, cada vez melhor.”*

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “diria que há mais para dizer para além da exposição que fez porque fez a análise e a interpretação de números que aqui se apresentam... são os documentos que temos para analisar e é difícil, quase impossível, termos análises contrárias face a estes valores.

Correndo o risco de repetir algumas considerações muito completas que o Senhor Presidente fez, e atrevendo-me a fazer uma análise da C.D.U., gostaria de dizer que no balanço concordo com aquilo que diz, efectivamente, o balanço irá ter repercussões muito eficazes à medida que a inventariação do Património da Autarquia vai aumentando. O balanço é um documento estático, mostra uma situação em determinado momento...

Demonstração de Resultados - indo ao quadro resumo da execução orçamental verificamos que a diferença que existe entre a receita corrente e a despesa corrente permite-nos dizer que há uma libertação de receita corrente para financiar despesas de capital, portanto, a receita corrente é superior à despesa corrente, o que significa que há uma libertação desta receita para financiamento de despesas de capital, o que vem reforçado, pelo facto, de alguma da despesa corrente ter natureza de investimento de despesa de capital. Não vejo com preocupação o facto do valor previsto ou o valor do orçamento ter sido superior ao valor que aqui nos é apresentado porque considero o grau de execução... este documento mostra realmente uma capacidade financeira considerável.

Quadro Resumo de Execução das Grandes Opções do Plano - as variações não são significativas, portanto, há um cumprimento das rubricas que aqui estão... parece-me que, no global, houve um grau de execução muito elevado e esta é que é a análise que importa fazer... e foi por isso que recorri à abstenção na votação do Orçamento, enquanto Deputada Municipal, embora tivesse dito que a nossa filosofia de elaboração de Orçamento era diferente e que iríamos valorizar mais umas contas que outras. Estou aqui a analisar a prestação de contas de um ano, e é sobre a mesma, enquanto Vereadora, que estou a fazer estas considerações.

Endividamento Municipal - embora na banca tenha havido evolução positiva porque tem diminuído, preocupa-me a dívida crescente a fornecedores. Tendo em conta o cenário económico que o país atravessa se não lhes pagam, é lógico que isso se vai repercutir nas suas actividades de pagamento de salários...

Apelava para que tivéssemos a preocupação de olharmos com mais atenção para a evolução do aumento da dívida a fornecedores e a controlássemos. Trata-se de uma política, a nosso ver, correcta.

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Evolução do Quadro de Pessoal - os valores/limites que aqui nos aparecem são perfeitamente aceitáveis. Para o pessoal do quadro, cujo valor e fórmula de cálculo, é de 60% das receitas correntes do ano anterior, julgo que é um valor perfeitamente aceitável; no pessoal com contrato a termo, parece-me que é tempo de olharmos com preocupação, não só social, para a resolução dos contratos das pessoas que se encontram nesta situação já há alguns anos e que estão, com toda a certeza, a resolver necessidades permanentes da Autarquia. Portanto, penso que se justifica a resolução e a passagem de alguns destes trabalhadores, claro que se tem que “estudar” caso a caso, a pessoal do quadro que tem carreira para fazer e outros direitos que não têm o pessoal a termo. Encontram aqui trabalhadores que já estão há vários anos com contrato a termo, porque a Câmara, esta Casa, esta Empresa precisa deles. A minha preocupação reside em duas naturezas: diminuição da Dívida a Fornecedores e o Pessoal a Contrato a Termo Certo.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “a auto-suficiência orçamental é tanto mais significativa, uma vez que, nas despesas correntes, nós temos despesas que sendo contabilisticamente correntes são, de facto, despesas de investimento. Não podemos ignorar que a Câmara Municipal de Soure, ao contrário de outras, tem uma capacidade de intervenção muito forte em termos de investimento por administração directa, quer na rede viária, quer nas infra-estruturas de água e esgotos, portanto, há um conjunto de despesas contabilisticamente tratadas como correntes que, evidentemente, são despesas de investimento e importa não perder de vista esta realidade.

Endividamento - a dívida a fornecedores, evidentemente que nos preocupa e muito...o problema é que houve alteração de regras no que toca ao recurso ao crédito e não houve recursos. O que importa não perder de vista, é que nestes últimos quatro anos, e isso foi assumido na anterior tomada de posse, a ideia era a de mantermos bons níveis de investimento público e como estávamos a 50% da utilização dos limites legais da capacidade de endividamento, iríamos “buscar”, iríamos evoluir para 70% ou 80%, para acompanhar os fundos comunitários e os contratos programa. Aquilo que aconteceu é que tem havido uma redução injusta dos limites legais para metade... mesmo assim, nestes quatro anos aprovámos investimentos de $\approx 12.000.000,00$ de euros, com cofinanciamentos de $\approx 7.000.000,00$ de euros, ficando a diferença para a Câmara. Naturalmente, temos que avaliar os mecanismos disponíveis para, de facto, procurarmos controlar melhor a questão das dívidas a credores que não a banca, sendo certo que temos procurado ter uma

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

preocupação “especial” com a chamada “pequena empresa”, que revela “menor resistência” a períodos mais longos de dívida por pagar.

Contratos de Pessoal em outra situação - nós não temos intenção de despedir ninguém, pois quando os contratámos foi porque havia necessidade objectiva. Existem situações, tais como: no sistema de apoio à família precisamos de mais auxiliares e estes estão a desempenhar um papel fundamental; temos acordos anuais com o Ministério da Educação e Segurança Social para receber uma parte do custeio mas a verdade é que se, porventura, as colocamos já no quadro e se não há a substituição desses acordos revistos anualmente por uma transferência efectiva de competências, acompanhada de uma correspondente transferência de meios, corremos riscos.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “estívemos a ouvir falar sobre o quadro de pessoal e na existência de trabalhadores a contrato a termo certo. A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, levantou a questão e eu questiono que, sendo os concursos para admissão para o quadro de pessoal, uma situação de concurso público, será que há candidatos que já partem em situação de vantagem para os mesmos?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “a Senhora Vereadora colocou uma questão muito simples, de que há trabalhadores com contrato a termo que têm visto renovada a sua situação e defende que a estratégia deverá ser, se eles são necessários, procurarmos resolver a questão com uma solução assente em pessoal do quadro. No plano ideal sim... mas há aspectos a ter em linha de conta. Agora a sua questão pretende dizer aquilo que eu não disse... se tem que ver com um mecanismo automático não previsto na lei, em que o concurso público seria uma farsa, apenas para passar ao quadro os que estão a contrato; evidentemente que esse automatismo, essa farsa, não existe... porém, seria estranho que mesmo num concurso com toda a transparência, que aqueles que vêm desempenhando essas funções não apresentem, em sede de concurso, melhor preparação, até pela experiência superveniente das funções que têm vindo a desenvolver.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “relativamente aos documentos de prestação de contas não vou fazer uma análise técnica do documento por quanto não sou especialista na matéria, também não me vou refugiar no pouco tempo que tive porque, de facto, se tivesse mais tempo a análise que faria também não era muito diferente e, infelizmente, não temos orçamento

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

para contactar nenhum assessor economista que nos possa dar apoio nesta matéria, de modo que as perguntas poderão parecer singelas mas são aquelas que se me aprazem neste momento.

A primeira tem a ver com o balanço e com uma situação que está aqui grafada que diz respeito às imobilizações corpóreas e onde verificamos que, na página 3, rubrica 4.2.1, temos terrenos e recursos naturais... é minha convicção que os terrenos não são amortizáveis e verificamos que de 2004 para 2005 há um decréscimo no valor de cerca de 60.000,00 euros... isto pressupõe, no nosso entendimento, que houve alienação de bens imóveis e, nesse caso, quais foram; porque valor é que essa transacção foi feita e porque é que isso aconteceu. Por outro lado, também verificamos que nos edifícios e outras construções há um decréscimo significativo no valor, de 21.704.000,00 euros para 13.346.000,00 euros. Porque é que isto terá acontecido mesmo que tenha sido por amortizações? Já no quadro resumo da execução orçamental, em que o Senhor Presidente referiu que, de facto, houve um decréscimo na despesa realizada; estavam orçamentados 7.568.030,00 euros e baixamos para 6.675.534,52 euros, a minha questão é se o diferencial tem a ver com as dívidas a fornecedores, portanto, se isso influencia a baixa deste valor?

Relativamente ao relatório de gestão, é aquele que o Senhor Presidente apresenta, pode não ser aquele que nós achávamos que deveria ser porque nos parece que é um “copy paste” das informações escritas que foram feitas ao longo do ano. No nosso entender poder-se-ia ir mais além e fazer uma explicação de algumas opções que aqui foram feitas mas cada um faz os relatórios como entende e, no nosso entendimento, ele poderia ser mais explícito e menos exaustivo em termos de enumeração de alguns pontos que, para nós, deverão ser desnecessários, como é a colocação da ponte de Alfarelos porque é uma obra do Ministério dos Transportes. No quadro resumo de execução, o Senhor Presidente comparou o que estava orçamentado com o que estava executado, no entanto, fê-lo tendo em conta a orçamentação final que já foi objecto de várias alterações orçamentais ao longo do ano.

Saneamento e Salubridade, houve um decréscimo acentuado no que estava inicialmente previsto e estamos a falar nos esgotos que é uma área que achamos que é fundamental que seja valorizada. Como se pode verificar houve um decréscimo acentuado no que estava orçamentado para o grau de execução e noutras áreas de carácter social, como a Acção Social, sendo que os valores não são elevados mas em percentagem houve uma diminuição de 2.28% para 1.36%; no Desporto e Tempos Livres também houve uma diminuição; nas áreas de carácter social, houve uma diminuição do orçamentado para o executado sendo que, nas

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Comunicações e Transportes e na Habitação e Urbanismo houve um acréscimo significativo, provavelmente por acréscimo de obras que foram feitas o ano passado.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “relativamente à dúvida que me colocou no activo imobilizado de “haver nas imobilizações corpóreas uma diminuição em edifícios e outras construções”... houve com efeito, algumas correcções inter-rubricas do imobilizado feitas pelos serviços técnicos, de acordo com a ambiência legal aplicável. Assim, embora o valor global seja muito superior há casos, como os que referiu, em que parece que não se percebe muito bem porque diminuiu, porque se for ver nas construções, infra-estruturas, edifícios e bens de domínio público há um aumento que não corresponde apenas ao aumento/ano, têm que ver com correcções, que estariam, indevidamente, em imobilizações corpóreas...”

Pergunta se, sendo a despesa corrente inferior ao previsto, não tem a ver com a dívida a fornecedores. Alguma coisa terá que ver mas de uma forma pouco significativa, pois no endividamento a credores que não a banca, o peso da dívida de despesa corrente é muito menor que o da dívida de despesa de capital, ou seja no conjunto do endividamento a credores que não a banca, o maior peso é de credores, empreiteiros de obra pública, que resultam de despesa de capital e não de despesa corrente.

Método de elaboração... houve uma altura em que diziam que isto era um relatório de actividades, não de Câmara, mas de direcção geral. A preocupação tem sido, mais do que fazer considerações subjectivas, colocar na descrição de actividade desenvolvida o que o foi... porque o conjunto de considerações mais ou menos subjectivas ou mais ou menos objectivas é feito ao longo do ano, quer nas reuniões de Câmara, quer nas sessões de Assembleia Municipal. Pareceu-me que há uma pequena contradição, diz que há coisas que podiam ser melhores explicadas mas, logo a seguir, diz que outras não teriam que ser tão exaustivamente desenvolvidas. Penso perceber o que quis dizer, é legítimo que, porventura, tenha outro entendimento, mas é uma metodologia que, pelo menos, tem esta virtualidade: permite uma fácil e rápida leitura.

Sobre a questão do Quadro Resumo de Execução das Grandes Opções do Plano, referiu dois casos: Saneamento e Salubridade e Acção Social e como contra ponto Comunicações e Transportes. Se reparar bem, ao longo do ano, as alterações feitas ao Plano tornaram esses valores próximos e tiveram que ver, como eu sempre justifiquei, não com qualquer abandono deste ou daquele investimento mas com os seus ritmos

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

de execução em contra ponto com outros e a necessidade de cabimentação dos outros que “andaram” e foram pagos mais depressa.

Evidentemente que todos os comentários políticos feitos são absolutamente legítimos, eu não tenho, por razões óbvias, que concordar com eles mas penso que já dei as explicações que entendi dar sobre a matéria ou sobre os considerandos feitos. ”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “ouvi atentamente as justificações que o Senhor Presidente deu sobre este Relatório e as intervenções que foram feitas; analisei e li atentamente as suas considerações finais já que nestas está vertida aquela que é a sua filosofia em relação à apreciação que faz e à condução que fez do Relatório de Contas. De qualquer maneira queria dar-lhe nota do seguinte e esse é um sentimento muito próprio e que certamente também será o seu e de todos aqueles que desempenham cargos autárquicos com a natureza com que os desempenhamos. Interpretar Relatórios de Contas é mais que interpretar números, é interpretar a repercussão, na vida das pessoas, daquilo que o Município faz, nomeadamente, através da sua Câmara Municipal e se, naturalmente, o Relatório de Contas espelha aquilo que é a condução que um Presidente de Câmara e o Executivo entende aplicar num determinado Concelho, também é importante sentirmos que há sectores específicos visados nesse documento que devem ser acautelados em termos daquilo que é a consciência social que todos devemos ter em relação à vida dos cidadãos.

Em 31.12.2005, comparativamente com 31.12.2004, existe um aumento no valor da dívida de 265.000,00 euros, em percentagem esse aumento é de 40,33%. Tal significa que a Câmara Municipal é má pagadora, não cumpre os prazos de pagamento e se financia à custa dos pequenos fornecedores, deixando assim uma má imagem no mercado, levando a que a esses mesmos fornecedores em futuros fornecimentos, certamente, aumentem o preço de venda do serviço/mercadoria.

Na conta do Passivo, Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, Fornecedores de Imobilizado Conta Corrente, onde se inclui os fornecimentos, ou seja, as empreitadas, nomeadamente, estradas, escolas, jardins, equipamento de transporte e informático... em 31.12.2005, comparativamente com 31.12.2004, existe um aumento do valor da dívida de mais de 1.200.000,00 euros, em percentagem esse aumento é de 70%. Tal significa que a Câmara Municipal é má pagadora, não cumpre os prazos de pagamento e se financia à custa também dos empreiteiros, deixando assim uma má imagem no mercado, levando a que esses fornecedores, em futuros fornecimentos, aumentem o preço do serviço e da mercadoria.

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

Em relação à Demonstração de Resultados de 2005, relativamente à conta 62, Fornecimento e Serviços Externos onde se incluem as despesas correntes com consumíveis, honorários, material de limpeza, reparações de equipamentos, comunicações, deslocações e estadias... comparando o exercício de 2005 com o de 2004, verifica-se um aumento da despesa/custo de mais de 158.000,00 euros, em percentagem esse aumento é de 7,01%.

Relativamente à conta 64, Custos com o Pessoal, onde se incluem as despesas correntes com remunerações e encargos sociais, comparando o exercício de 2005 com o de 2004, verifica-se um aumento da despesa/custo de mais de 241.000,00 euros, em percentagem esse aumento é de 6,23%.

Se tivermos em atenção que relativamente aos Proveitos, que é a conta 74, Transferências e Subsídios Obtidos, o aumento percentual de 2005 em relação a 2004 é de apenas 4,53%, concluímos que: a evolução percentual das despesas é bastante superior à evolução das receitas; existe um aumento perigoso das despesas correntes levando à falta de capacidade financeira para realizar os investimentos necessários ao Concelho e concluímos também que o aumento do nível de endividamento perante os fornecedores leva à criação de uma má imagem no mercado.

Estas são as declarações finais da nossa bancada, antes de sermos chamados a proceder à votação, que retratam aquilo que é o sentimento muito empenhado que temos em contribuirmos para o futuro do Concelho de Soure, mas isso não pressupõem que possamos comungar inteiramente com aquelas que são as posições políticas que vossa excelência assume na condução deste Município.”

O Senhor Presidente referiu que: “o Senhor Vereador diz que, na sua opinião, de acordo com o que é dado dar a avaliar destes Documentos de Prestação de Contas, o Concelho continua com um rumo indefinido ao sabor dos ciclos eleitorais. Mais do que as suas palavras, a comparação que fez a nível de sub-rubricas, se a fizer em termos de rubricas e em termos de opções estratégicas e de evolução do que quer que seja, ao longo dos últimos quatro anos, verificará, constatará, permitem concluir a qualquer leitor, com maior ou menor capacidade de análise, desde que o faça com objectividade e isenção, que o rumo tem estado sempre perfeitamente definido e que tem sido insensível ao sabor de ciclos eleitorais.

Depois, devo dizer-lhe que para fazer considerações sobre Documentos de Prestação de Contas, não conseguiu evitar repetir, três ou quatro vezes, esta dupla ideia errada, de que “a Câmara Municipal de Soure é má pagadora, de que dá uma má imagem do Município”. Pretende com isso continuar, não empenhadamente como diz a ajudar ao desenvolvimento, mas sim, a procurar criar uma imagem que só existe na

*8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 27 de Abril de 2006*

mente de alguns, que já todos percebemos quem são... a imagem, a ideia de que o país é um jardim florido e que aqui, no Concelho de Soure, só teríamos os espinhos. Em Soure, nós temos dificuldades, como elas existem no país... mas não sou eu que o digo, são os dados de direcções gerais e notícias não encomendadas que o confirmam, numa ambiência de dificuldade que sabemos ter, sendo certo que, *“com o mal dos outros podemos nós bem”*, temos dificuldades mais controladas que os outros. Não é na nossa Câmara Municipal que quando abrimos concursos eles ficam desertos... Não estou com isto a dizer que outras Câmaras que, porventura, conheça bem melhor, que tenham esses problemas, limito-me a constatar factos. Senhor Vereador, se, de facto, quer colaborar no desenvolvimento, é tempo de perceber que politicamente já ninguém vai a lado nenhum, insistindo em teclas como *ambientes lamacentos, má imagem, não pagamento a fornecedores...* sabe que às vezes até há fornecedores que não recebem porque não têm a sua situação regularizada perante o Fisco e a Segurança Social...

De uma vez por todas, o sentimento empenhado que todos devemos ter é no sentido de percebermos que nenhum responsável de gestão tem o menor prazer em não poder cumprir com os prazos... nós temos dificuldades num país e numa Europa em dificuldades; temos mantido excelentes níveis de investimento público ao longo de todos os anos; temos contornado a impossibilidade inqualificável, promovida por sucessivos Governos, ao alterarem as regras do jogo, de recurso ao crédito bancário estando em situação de, legalmente, o poder fazer; tivémos que fazer um esforço enorme para não perder um euro de fundos comunitários e estamos entre os melhores Concelhos do Distrito, numa ambiência que não é de competição mas de subsidiariedade e de solidariedade.

Nós estamos numa economia que é a portuguesa, numa economia que integra a europeia e, às vezes, quem ouve falar certas pessoas, dá ideia que Soure deveria ser uma ilha onde não chegavam efeitos de lado nenhum, onde vivíamos à margem de tudo o que se passa à nossa volta. Nós estamos de consciência tranquila e já agora aproveito para relembrar aos Senhores Vereadores, as suas opiniões expensas e relevadas em acta, quando aprovaram a proposta de Plano e Orçamento para 2005 que sustenta este Documento de Prestação de Contas... mas devo dizer-vos que, reconheço, no vosso lugar, me sentiria incomodado, se tivesse votado favoravelmente uma proposta de desenvolvimento e ela fosse executada a 96%...”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S e C.D.U. e três abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S.D., aprovar os Documentos de Prestação de Contas/2005.-----